

A influência da formação acadêmica dos prefeitos na arrecadação municipal: um estudo de caso no Amazonas

The influence of mayors' academic background on municipal revenue: a case study in Amazonas

La influencia de la formación académica de los alcaldes en la recaudación de impuestos municipales: un estudio de caso en Amazonas

Recebido: 26/01/2025 | Revisado: 26/03/2025 | Aceito: 31/03/2025 | Publicado: 04/04/2025

DOI: 10.21680/2675-8512.2025v8n1ID38947

Janaina Rodrigues Aguiar | Universidade Federal do Amazonas, Brasil | E-mail:

janaina.aguiar@ufam.edu.br

Victor Godeiro de Medeiros Lima | Universidade do Estado do Amazonas e Universidade

Federal do Amazonas, Brasil | E-mail: victor_godeiro@hotmail.com

Nyalle Barboza Matos | Universidade do Estado do Amazonas, Brasil | E-mail:

nbmatos@uea.edu.br

Resumo

O presente estudo teve como objetivo investigar a relação entre a formação acadêmica dos prefeitos e a arrecadação municipal no estado do Amazonas, comparando 62 municípios e analisando dados coletados através do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro - SICONFI e Tribunal Superior Eleitoral - TSE. A pesquisa, de caráter descritivo e quantitativo, revelou que prefeitos com formação acadêmica, especialmente aqueles com ensino superior, tendem a alcançar maiores aumentos nas receitas municipais. Entre os principais achados, destacou-se que municípios administrados por prefeitos com graduação apresentaram um desempenho financeiro superior em comparação aos geridos por prefeitos com escolaridade inferior. A análise também sugere que a qualificação acadêmica, embora importante, não é o único fator que influencia a arrecadação, sendo necessário considerar outros aspectos como experiência política e condições socioeconômicas locais. Conclui-se que a formação acadêmica dos prefeitos pode desempenhar um papel relevante na melhoria da gestão pública, sendo fundamental para escolhas mais informadas pela população nas eleições municipais.

Palavras-chave: Prefeitos, Municípios do Amazonas, Gestão municipal e educação e Arrecadação municipal.

Abstract

The present study aimed to investigate the relationship between the academic background of mayors and municipal revenue in the state of Amazonas, comparing 62 municipalities and analyzing data from through the Brazilian Public Sector Accounting and Tax Information System - SICONFI and the Superior Electoral Court - TSE. The research, of a descriptive and quantitative nature, revealed that mayors with an academic background, especially those with

higher education, tend to achieve greater increases in municipal revenues. Among the main findings, it was highlighted that municipalities led by mayors with a degree showed superior financial performance compared to those led by mayors with lower education. The analysis also suggests that academic qualification, although important, is not the only factor influencing revenue, and other aspects such as political experience and local socioeconomic conditions must be considered. It is concluded that the academic background of mayors can play a relevant role in improving public management, being essential for more informed choices by the population in municipal elections.

Keywords: Mayors, Municipalities of Amazonas, Municipal management and education, and Municipal revenue.

Resumen

El presente estudio tuvo como objetivo investigar la relación entre la formación académica de los alcaldes y los ingresos municipales en el estado de Amazonas, comparando 62 municipios y analizando datos a través del Sistema de Información Contable y Tributaria del Sector Público Brasileño – SICONFI y del Tribunal Superior Electoral – TSE. La investigación, de carácter descriptivo y cuantitativo, reveló que los alcaldes con formación académica, especialmente aquellos con educación superior, tienden a lograr mayores incrementos en los ingresos municipales. Entre los principales hallazgos se destacó que los municipios administrados por alcaldes con título universitario presentaron un desempeño financiero superior en comparación a aquellos administrados por alcaldes con menor educación. El análisis también sugiere que las calificaciones académicas, aunque importantes, no son el único factor que influye en la recaudación de ingresos y que deben considerarse otros aspectos como la experiencia política y las condiciones socioeconómicas locales. Se concluye que la formación académica de los alcaldes puede jugar un papel relevante en la mejora de la gestión pública, siendo fundamental para elecciones más informadas por parte de la población en las elecciones municipales.

Palabras clave: Alcaldes, Municipios de Amazonas, Gestión municipal y educación e Ingresos municipales.

INTRODUÇÃO

Atualmente, no Brasil, a democracia se manifesta como uma soberania popular, uma vez que, por meio do voto, os cidadãos podem escolher os representantes que ocuparão cargos no Senado, na Câmara dos Deputados, nas Câmaras Municipais, além do Presidente, Governadores e Prefeitos. Para exercer essas funções, espera-se que os indivíduos eleitos sejam dotados de ética, senso de responsabilidade e comprometimento com o trabalho ao qual foram designados.

Ademais, é fundamental que o candidato possua conhecimento na área em que pretende investir seu tempo. Por exemplo, espera-se que candidatos eleitos com formação na área da saúde desenvolvam iniciativas voltadas para a melhoria dos serviços de saúde, enquanto aqueles da área de engenharia direcionem seus projetos para construções e reformas, por exemplo.

Contudo, apesar da expectativa que existam vantagens em eleger gestores com nível educacional adequado para o desempenho de suas funções, isto é algo que não se constata na realidade atual. Dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) mostram que, na região Norte do Brasil, apenas 28,41% dos candidatos possuem ensino superior completo.

Silva e Filho (2018) destacam que a gestão de uma cidade é uma tarefa complexa, exigindo um gestor qualificado, com conhecimentos e elevada capacidade cognitiva para identificar problemas e tomar decisões adequadas ao município. Diante disso, considera-se a possibilidade de uma legislação mais específica que defina critérios educacionais para representantes políticos no Brasil, com o objetivo de qualificar aqueles que assumem cargos públicos.

Tendo em vista essa questão, é possível recorrer à Constituição Federal, que, em seu Artigo 14, não estabelece um grau mínimo de instrução para a candidatura a um cargo eletivo. No Capítulo VI, § 4º, a Constituição afirma que “são inelegíveis os inalistáveis e os analfabetos”, sem qualquer outra exigência além da exclusão das pessoas analfabetas.

Nesse sentido, este trabalho abordará a seguinte problemática central: Qual a relação entre a formação acadêmica dos prefeitos amazonenses com a arrecadação municipal?

Nesse sentido, o objetivo geral desta pesquisa foi investigar a relação entre a formação acadêmica dos prefeitos amazonenses com a arrecadação municipal, avaliando se aqueles com formação acadêmica conseguem maximizar a arrecadação em comparação aos que não possuem tal formação, criando assim um comparativo entre os 62 municípios do estado do Amazonas, com base em dados de portais de transparências municipais. De forma mais específica, buscou-se: a) identificar quais os prefeitos eleitos nos anos de 2017 a 2023; b) averiguar a formação acadêmica dos prefeitos nos anos de 2017 a 2023; e c) identificar as receitas auferidas pelos municípios nos respectivos anos.

Este trabalho justifica-se pela afirmação de Mendes e Rocha (2004) de que “O prefeito atua como o gestor principal dos serviços públicos oferecidos diretamente à população. Ele é a figura política mais associada à responsabilidade.” Isso ressalta a importância do cargo para a vida da população, justificando a pesquisa ao demonstrar qual perfil profissional, com formação superior, tende a oferecer um serviço de maior qualidade. Um melhor desempenho na gestão social e financeira da prefeitura pode garantir condições mais adequadas para atender às necessidades da população.

Esse estudo está dividido em cinco seções. A primeira é esta introdução, contextualizando o tema e apresentando o objetivo de pesquisa. A segunda seção é o referencial

teórico, que aborda as teorias, conceitos e estudos prévios relacionados ao tema proposto. A terceira seção é a metodologia, que detalha os procedimentos e abordagens utilizados para coletar e analisar os dados. A quarta seção é dedicada aos resultados e discussão, onde são apresentados e analisados os dados coletados. Por fim, as considerações finais desta pesquisa.

REFERENCIAL TEÓRICO

Os municípios amazonenses e suas administrações

De acordo com dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia Estatística), o estado do Amazonas é uma unidade da Federação Brasileira situada na região Norte e destaca-se nacionalmente pela Zona Franca e pela vasta extensão da floresta amazônica. Seus rios fornecem recursos de alto valor para a economia, local, regional e federal. Composto por 62 municípios, a maioria apresenta indicadores de qualidade de vida abaixo da média.

A pesquisa de Lima (2019) destaca que a administração pública funciona como uma autoridade central responsável por estabelecer, aplicar e regulamentar normas, organizando-se por meio de uma divisão de poderes que regula a vida em sociedade. No âmbito municipal, a administração pública é a esfera mais próxima dos cidadãos e, por isso, deveria ser pioneira em programas de governo voltados para melhorar a qualidade de vida nos municípios amazonenses.

No entanto, a realidade encontrada em muitos municípios reflete a falta de uma gestão pública eficaz, que possa potencializar o uso dos recursos locais e, consequentemente, promover melhorias significativas na qualidade de vida da população.

Contextualização histórica

De acordo com a pesquisa de Silva (2018), no Brasil, as primeiras eleições ocorreram em 1821, e o cargo de prefeito foi criado em 1835, na província de São Paulo, modelo que logo se espalhou por todo o país. Durante o período da Velha República, destacou-se o voto de cabresto, prática em que os eleitores eram coagidos a eleger representantes, especialmente municipais, que atendiam aos interesses da elite social. Com o tempo, os direitos eleitorais foram ampliados, permitindo o voto das mulheres em 1932, e essa ampliação continua até os dias atuais (Menck, 2021).

Atualmente, os cenários e as práticas eleitorais são bem diferentes dos do início do século XX. Conforme Speck (2003), “a manipulação das eleições populares foi uma prática

comum na transição para os regimes de democracia representativa”, o que, em certa medida, ainda ocorre no Brasil. Ele observa que, atualmente, a relação entre eleitor e candidato se tornou egoísta, com o eleitor focado em seus próprios interesses em vez do coletivo. "A nova relação entre eleitor e candidato baseia-se em um sistema de trocas em condições assimétricas, tanto em relação aos atores envolvidos quanto aos objetos negociados" (Hoyler, 2022).

O estudo de Pestana (2023) afirma que a mídia desempenha um papel crucial nesse cenário político, promovendo debates e disseminando notícias que ajudam os eleitores a formar suas escolhas, especialmente os que levam a sério o processo eleitoral.

Habilidades dos gestores públicos

Para exercer a função de gestor público com excelência, é essencial ser uma pessoa íntegra, honesta, de intelecto ativo e respeitosa, sempre com o compromisso de servir ao bem-estar coletivo. Contudo, segundo Keinert (1994), um gestor público de excelência deve possuir três habilidades fundamentais: a Habilidade Humana, a Habilidade Profissional e a Habilidade Pública. Não é comum encontrar indivíduos igualmente fortes nessas três áreas; a maioria apresenta mais competência em uma do que em outra, o que pode influenciar diretamente na forma como a gestão pública é conduzida.

O autor continua ao afirmar que enquanto a Habilidade Profissional pode ser desenvolvida ao longo do tempo, as habilidades Humana e Pública estão mais ligadas às características pessoais do gestor, sendo mais difíceis de ensinar e de serem adquiridas por meio de treinamentos formais. A Habilidade Humana envolve empatia, gentileza e compaixão, atributos essenciais para que o gestor compreenda as necessidades da população e atue de maneira justa e inclusiva. Já a Habilidade Pública é a capacidade de inspirar e liderar, de forma que o povo se sinta motivado a seguir o gestor, criando uma relação de confiança e respeito mútuo.

Keinert define a Habilidade Profissional como “visão estratégica, incentivo à criatividade e inovação para ampliar a qualidade da gestão das organizações públicas, incluindo capacitação técnica que permita o desenvolvimento de tecnologias administrativas adequadas às especificidades do setor público” (Keinert, 1994, p. 47). A Habilidade Profissional envolve também a capacidade de implementar soluções eficazes e inovadoras que atendam aos desafios enfrentados pelas administrações públicas, promovendo uma gestão eficiente e focada em resultados.

Assim, a formação acadêmica de um gestor público é crucial para o desenvolvimento de sua Habilidade Profissional. Gestores com sólida formação acadêmica têm maior facilidade para operar a máquina pública de maneira eficaz, pois seus conhecimentos técnicos favorecem o aproveitamento adequado dos investimentos estatais, além de aprimorar sua capacidade de formular políticas públicas que atendam às demandas da sociedade.

Teoria do Capital Humano

A Teoria do Capital Humano explora como as habilidades, conhecimentos e atributos individuais dos líderes podem impulsionar o crescimento econômico, destacando a importância do investimento no desenvolvimento das pessoas. O precursor dessa teoria foi Mincer (1958), que inicialmente focou na relação entre a educação e os rendimentos dos trabalhadores, mostrando como o aumento do nível educacional poderia levar a uma maior produtividade.

O conceito de capital humano vai além do simples investimento em educação, sugerindo que o aperfeiçoamento contínuo das habilidades dos indivíduos é crucial para o desenvolvimento das economias nacionais e globais. Isso implica que, ao investir no potencial humano, é possível criar um ciclo de crescimento econômico mais sustentável, gerando benefícios tanto para os indivíduos quanto para as sociedades como um todo.

Schultz (1964) defendeu que a qualificação e o aperfeiçoamento da população, através de investimentos em educação e capacitação, aumentariam a produtividade dos trabalhadores e os lucros dos empregadores, beneficiando a economia de forma ampla e equilibrada. Ele argumentou que, ao focar na educação como um fator de produção, era possível melhorar não apenas o desempenho individual, mas também o crescimento econômico em uma escala maior, o que, por sua vez, resultaria em uma maior equidade na distribuição de renda.

Nesse sentido, Schultz via a educação não apenas como um meio de desenvolvimento pessoal, mas como uma ferramenta estratégica para o desenvolvimento das economias nacionais. A longo prazo, a qualificação da força de trabalho torna-se um fator chave para a inovação e para a adaptação das economias às mudanças tecnológicas, aumentando a competitividade entre países.

Nesse contexto, incluir o capital humano nos modelos de crescimento econômico é essencial para compreender a dinâmica de longo prazo da economia, que anteriormente era explicada apenas pelo capital natural e pelo capital construído existente entre regiões e países.

Ao se considerar a qualificação e a formação contínua da força de trabalho, observa-se que os países que investem de forma mais consistente em seu capital humano tendem a alcançar

maiores taxas de crescimento e a reduzir desigualdades regionais e sociais. Esse entendimento tem levado muitas economias a adotar políticas públicas focadas na educação e na formação profissional, reconhecendo que o desenvolvimento humano é um dos principais motores da economia.

A medição do impacto do capital humano nas economias requer uma combinação de indicadores que envolvam tanto a qualidade quanto a quantidade da educação e o desenvolvimento contínuo das habilidades da população.

METODOLOGIA

Esta pesquisa adotou uma abordagem quantitativa para analisar a influência da formação acadêmica dos prefeitos na arrecadação municipal no estado do Amazonas. A pesquisa é classificada como quantitativa e qualitativa descritiva, pois coleta e analisa dados numéricos e examina estudos anteriores para responder às perguntas da pesquisa.

O estudo foca nos municípios amazonenses e investiga a relação entre a formação acadêmica dos prefeitos e a arrecadação municipal. Parte-se do pressuposto de que um maior nível de formação acadêmica dos gestores pode contribuir para o aumento das receitas municipais e, conseqüentemente, para o melhor funcionamento da máquina pública no Amazonas. A pesquisa tem uma abordagem descritiva, que busca estabelecer conexões entre as variáveis, utilizando métodos padronizados de coleta e análise de dados para documentar, classificar e interpretar os resultados.

A coleta de dados foi realizada a partir de duas fontes. Primeiro, foi feita uma análise gráfica do desempenho financeiro da arrecadação municipal de 2017 a 2023, com gráficos e tabelas que mostram a evolução das receitas municipais ao longo do período. Em seguida, foram levantadas informações sobre a formação dos prefeitos em exercício durante esses anos.

Dados do SICONFI (Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro) foram utilizados para fundamentar a análise entre a formação acadêmica dos prefeitos e a arrecadação municipal. Além disso, foi realizada uma revisão de literatura em artigos científicos para sustentar as hipóteses e embasar a relação proposta.

A pesquisa abrange dados de 2017 a 2023 para os 62 municípios do Amazonas. As informações pessoais sobre os gestores municipais foram extraídas do site do TSE, incluindo nome, formação acadêmica, gênero e partido dos prefeitos eleitos nas eleições de 2016 e 2020. As receitas anuais foram coletadas no site do SICONFI, especificamente nos Relatórios

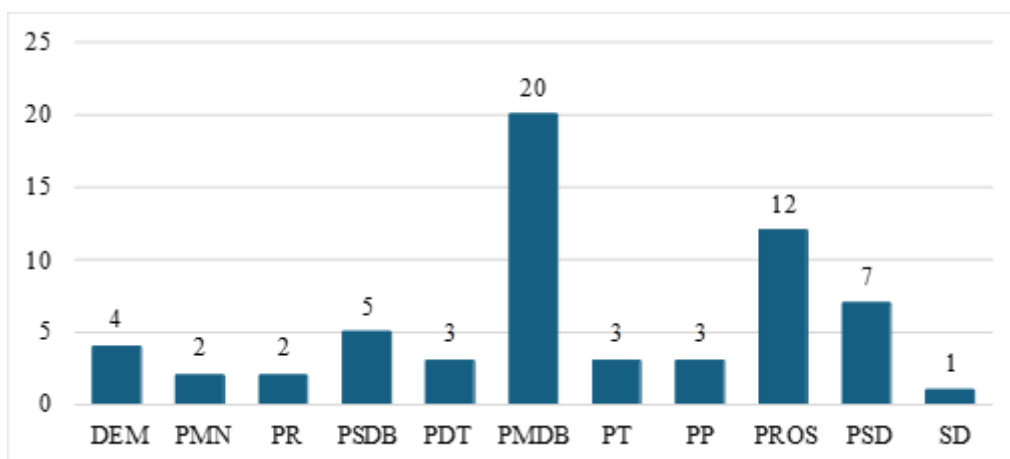
Resumos de Execução Orçamentária – 6º bimestre de cada ano. No total, foram analisados 434 relatórios dos 62 municípios do Amazonas para o período em questão.

APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

De acordo com Sampaio, Assumpção e Fonseca (2018), a estatística descritiva tem como propósito principal analisar fenômenos estatísticos por meio da coleta, organização e apresentação estruturada dos dados obtidos, permitindo uma visão clara e resumida das informações coletadas. Esse processo é essencial para interpretar os dados de maneira eficiente e auxiliar na tomada de decisões informadas, fornecendo uma base sólida para análises mais profundas.

Durante o mandato de 2017-2020, os prefeitos do Amazonas estavam vinculados a doze partidos políticos, como ilustrado no Gráfico 1 abaixo.

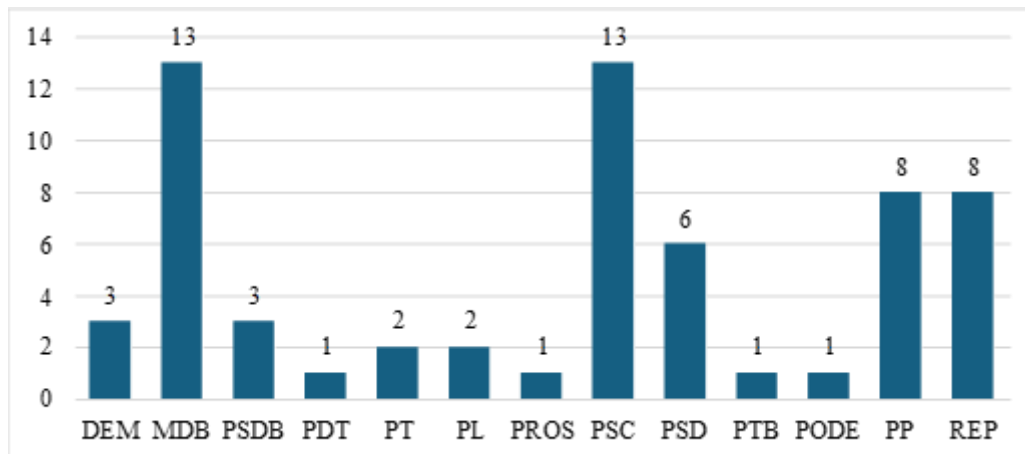
Gráfico 1- Partidos Políticos de 2017-2020



Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Durante o mandato de 2021-2023 os prefeitos do Amazonas faziam parte de treze partidos como mostra o Gráfico 2 abaixo.

Gráfico 2 - Partidos Políticos de 2021/2023



Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Diante dos gráficos apresentados, podemos identificar um aumento na diversidade de partidos políticos entre os mandatos de 2017-2020 e 2021-2023.

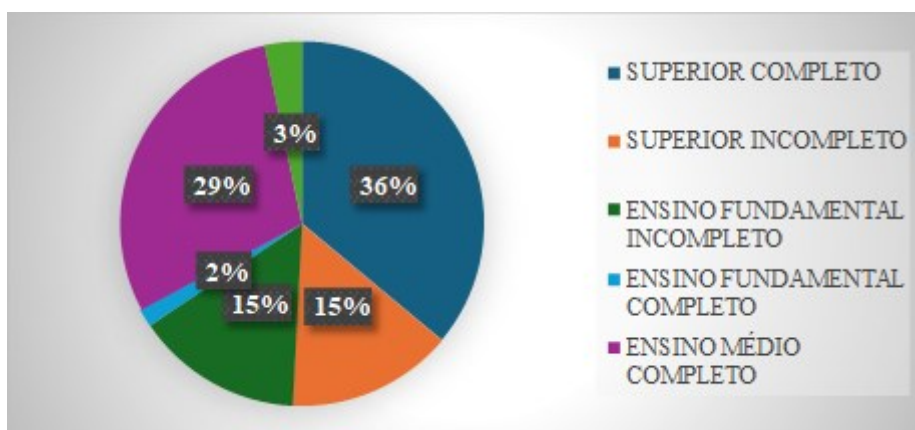
No primeiro período, destaca-se o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) como a principal força política, com 20 prefeitos, seguido pelo Partido Republicano da Ordem Social (PROS), que contava com 12 integrantes. Já no mandato de 2021-2023, observa-se uma redistribuição do poder, com o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e o Partido Social Cristão (PSC) se destacando igualmente, ambos com 13 prefeitos. Essa evolução reflete mudanças no cenário político local, indicando uma maior fragmentação e renovação nas lideranças municipais.

O partido que teve uma queda durante os mandatos foi Partido Da Social Democracia Brasileira (PSDB) do qual em 2017 tinha 5 integrantes caiu para 3 integrantes.

Baseado no estudo de Da Silva (2017) em relação ao gênero dos integrantes de cargos políticos, durante os dois mandatos a quantidade de homens e mulheres se manteve, sendo 57 do total de 62 são homens, ou seja 91,94% e somente 5 mulheres, 8,06%, do contrário ao seu estudo, no Rio Grande do Norte eram 83% dos integrantes homens e 17% mulheres.

O Gráfico 3 demonstra os prefeitos eleitos para 2017 e o seu nível de formação.

Gráfico 3 – Relação de prefeitos e seu nível de formação 2017-2020

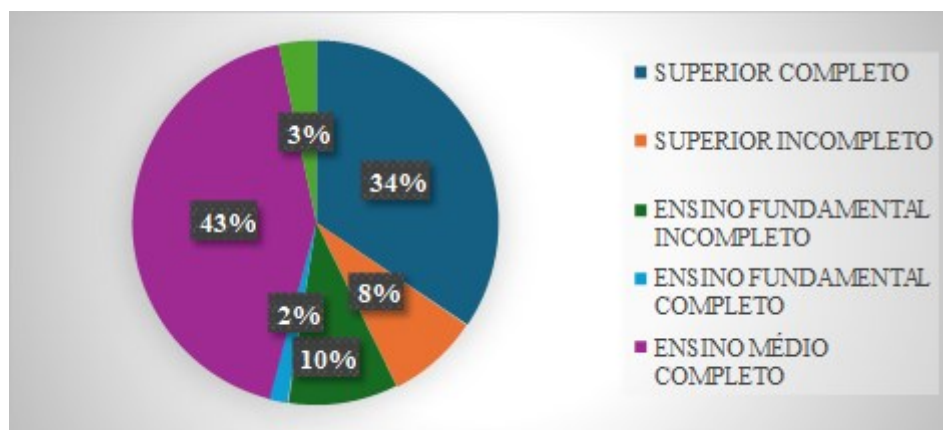


Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Os resultados do nível de formação dos prefeitos de 2017-2020, 22 integrantes, isto é 36% tinha o ensino superior completo, 18 integrantes (29%) possuem ensino médio completo, 9 integrantes (15%) possuem ensino fundamental incompleto, 9 integrantes (15%) possuem ensino superior incompleto, 2 integrantes (3%) ensino médio incompleto e 1 integrante possuía ensino fundamental completo.

Durante o mandato de 2021 os prefeitos eleitos demonstravam certo nível de formação como o Gráfico 4 abaixo explica.

Gráfico 4 - Relação de prefeitos e seu nível de formação 2021-2023



Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Os resultados do nível de formação dos prefeitos de 2021-2023, 26 (43%) dos integrantes tinha somente o ensino médio completo, 21 integrantes (34%) possuem o ensino superior completo, 6 integrantes (10%) possuem o ensino fundamental incompleto, 5 integrantes (8%) possuem o ensino superior incompleto, 2 integrantes (3%) possuem o ensino médio incompleto e somente 1 integrante (2%) possui ensino fundamental completo.

Quadro 1- Receitas arrecadadas em % durante os 2 mandatos

Prefeitos do Amazonas do ano de 2017/2020		Prefeitos do Amazonas do ano de 2021/2023	
Municípios	Variação %	Municípios	Variação %
Autazes	46,66%	Autazes	43,96%
Barcelos	30,61%	Barcelos	13,17%
Beruri	34,06%	Beruri	35,91%
Boca do Acre	28,60%	Boca do Acre	31,71%
Borba	12,26%	Borba	46,73%
Carauari	27,88%	Carauari	54,51%
Codajás	44,20%	Codajás	242,77%
Envira	16,78%	Envira	41,14%
Fonte Boa	46,73%	Fonte Boa	34,41%
Ipixuna	35,98%	Ipixuna	73,43%
Iranduba	20,09%	Iranduba	34,32%
Itamarati	37,79%	Itamarati	47,91%
Itapiranga	-51,13%	Itapiranga	583,04%
Japurá	-82,47%	Japurá	55,55%
Juruá	-77,13%	Juruá	42,94%
Manaus	15,72%	Manaus	31,16%
Manicoré	33,63%	Manicoré	52,27%
Nhamundá	36,69%	Nhamundá	84,54%
Nova Olinda do Norte	227,25%	Nova Olinda do Norte	35,10%
Presidente Figueiredo	24,03%	Presidente Figueiredo	220,25%
Urucará	27,94%	Urucará	25,14%
Urucurituba	-77,13%	Urucurituba	42,94%

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

A análise das variações percentuais de receita entre os mandatos de 2017-2020 e 2021-2023 nos municípios do Amazonas revela diferenças significativas, influenciadas por uma combinação de fatores socioeconômicos, culturais e políticos específicos de cada localidade. A inclusão do nível educacional dos prefeitos como variável relevante fornece uma nova perspectiva para interpretar esses resultados, indicando uma possível relação entre a formação acadêmica e a gestão pública eficaz.

Isso sugere que o nível de educação dos prefeitos pode, de alguma forma, impactar a forma como gerenciam os recursos do município, embora não seja o único fator determinante para o sucesso de uma gestão.

Municípios administrados por prefeitos com ensino superior, como Itapiranga (583,04%), Codajás (242,77%) e Presidente Figueiredo (220,25%), demonstraram aumentos notáveis em suas receitas. Esses números não apenas destacam a importância da qualificação acadêmica, mas também sugerem que prefeitos com uma formação superior estão mais capacitados para implementar estratégias de captação de recursos, fortalecer parcerias intergovernamentais e implementar políticas públicas mais eficazes.

Hill (1993) argumenta que o conhecimento teórico adquirido por meio da formação acadêmica é essencial para capacitar gestores a lidar com os desafios administrativos e tomar decisões estratégicas. No contexto dos municípios do Amazonas, esse conhecimento pode ter sido um diferencial importante na busca por recursos e na condução de políticas públicas que impulsionaram o crescimento das receitas.

Por outro lado, alguns municípios, como Manaus (31,16%), Nova Olinda do Norte (35,10%) e Urucará (25,14%), apresentaram crescimentos mais modestos, o que revela que, embora o ensino superior seja um diferencial importante, ele não garante, isoladamente, o sucesso na gestão pública. Isso evidencia que outros fatores, como as condições socioeconômicas, as alianças políticas e o histórico administrativo do município, também desempenham papéis cruciais na obtenção de resultados positivos.

O aumento ou a queda nas receitas de um município pode ser afetado por uma série de fatores contextuais, que vão além da formação acadêmica do prefeito, e envolvem também a capacidade de articulação política e a habilidade de gerar políticas públicas alinhadas às necessidades da população.

Um exemplo notável é o caso de Ipixuna, onde a prefeita possui apenas o ensino médio completo e, ainda assim, o município registrou um aumento significativo de 73,43% nas receitas. Esse desempenho reflete que, em alguns casos, outros atributos, como experiência prática, liderança e habilidades de articulação política, podem compensar a ausência de formação superior.

Davel e Melo (2005) reforçam que o gestor público atua como mediador de interesses e que habilidades interpessoais são fundamentais para atender às demandas da comunidade. A capacidade de lidar com os diferentes interesses sociais e políticos, por exemplo, pode ser mais importante do que a formação acadêmica, pois permite ao prefeito tomar decisões que atendam aos reais desafios do município, mesmo que sua formação não seja tão robusta em termos acadêmicos.

Além disso, cidades como Fonte Boa (34,41%) e Boca do Acre (31,71%) ilustram a complexidade da administração pública, onde múltiplos fatores interagem para determinar os resultados financeiros. Nessas localidades, é possível observar que, embora os prefeitos possuam níveis variados de formação acadêmica, o sucesso na gestão financeira também depende de aspectos como a gestão dos recursos humanos, a eficiência na execução de políticas públicas e o relacionamento com outros entes federados.

No entanto, variações negativas ou crescimentos modestos, como os observados em Barcelos (13,17%) e Nova Olinda do Norte (35,10%), indicam que, em algumas regiões, a formação acadêmica formal dos prefeitos pode não ser o principal critério de sucesso, sendo substituída por outros atributos ou circunstâncias locais, como a disponibilidade de recursos, a estabilidade política e a cooperação entre os diferentes níveis de governo.

Essa análise destaca que a formação superior dos prefeitos, embora seja um fator importante, não é o único determinante para o sucesso na gestão pública. O sucesso da gestão financeira municipal depende de um conjunto complexo de competências que envolvem tanto o conhecimento técnico quanto habilidades práticas de liderança e articulação política.

Prefeitos com uma formação sólida tendem a estar mais preparados para lidar com os desafios financeiros, tomar decisões informadas e buscar soluções inovadoras. No entanto, a experiência e a habilidade de navegar por um ambiente político e social dinâmico também são essenciais para garantir a eficácia da administração pública.

Portanto, embora o aumento no número de prefeitos com formação superior represente uma valorização crescente da educação na liderança política, os dados mostram que a administração pública exige um conjunto amplo de competências para garantir o desenvolvimento local.

A formação acadêmica é um dos pilares, mas não substitui a experiência, a capacidade de liderar e a habilidade de articular soluções que atendam às necessidades da população. A gestão pública bem sucedida exige um equilíbrio entre conhecimento técnico, habilidades práticas e a capacidade de envolver e mobilizar a comunidade e os recursos de forma eficaz.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo investigar a relação entre a formação acadêmica dos prefeitos amazonenses com a arrecadação municipal, avaliando se aqueles com formação acadêmica conseguem maximizar a arrecadação em comparação aos que não possuem tal

formação, fazendo um comparativo entre 62 municípios, por meio, de portais de transparências municipais.

Os principais achados indicam que prefeitos com formação acadêmica, especialmente aqueles com ensino superior, apresentaram mais bem resultados na arrecadação, refletindo um maior potencial para implementar estratégias eficazes de captação de recursos e gestão pública.

Entretanto, não se observou uma correlação direta em todos os municípios, sugerindo que outros fatores, como a experiência política e as condições socioeconômicas locais, também desempenham papel relevante na performance da arrecadação.

Este estudo contribui para complementar a compreensão da importância de informar a população sobre o histórico educacional dos candidatos, como uma maneira de apoiar escolhas mais fundamentadas, que poderão influenciar o futuro do município pelos próximos quatro anos, ou até oito, no caso de reeleição.

Assim, as limitações deste estudo foi onde os portais de transparência não consideraram outros aspectos fundamentais da gestão pública que podem influenciar a arrecadação, como alianças políticas e a situação econômica local.

Como sugestões de pesquisas futuras, sugere-se uma investigação mais aprofundada sobre outros fatores que influenciam a arrecadação, como o contexto socioeconômico local, as estratégias políticas adotadas pelos prefeitos e a participação da população nas decisões administrativas. Além disso, seria interessante explorar o impacto da formação acadêmica de prefeitos em outras áreas da administração pública, como educação, saúde e infraestrutura, para uma análise mais abrangente da gestão municipal.

REFERÊNCIAS

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República**, [2024]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 15 set. 2024.

BUZATTO, Taiza Rita Bertoldi. **Competências do gestor público: a relação entre a academia e as práticas**. 2012. Dissertação (Pós-graduação) - Universidade Federal de Uberlândia, [S. l.], 2012.

CAPITAL HUMANO E CRESCIMENTO ECONÔMICO <https://doi.org/10.1590/S1518-70122010000200003>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/inter/a/srrRFK6rcbj7gwW6GMMyVNHK/>

SILVA, GABRIELLA WYARA LOPES. **RELAÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO E**

GESTÃO: uma análise das características pessoais dos prefeitos do Rio Grande do Norte com o parecer prévio emitido pelo TCE/RN. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - [Universidade Federal do Rio Grande do Norte], [S. l.], 2017.

DAVEL, E.; MELO, M. C. de O. L. **Reflexividade e a dinâmica gerencial.** In: Gerência em ação: Singularidades e dilemas do trabalho gerencial. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

HILL, L. A. **Novos gerentes:** assumindo uma nova identidade. São Paulo: Makron Books, 1993.

HOYLER, Telma Luciana. **Representação política e conexão territorial: uma etnografia de vereadores e brokers em São Paulo.** 2022. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Brasileiro de 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

KEINERT, T. M.M. **Os Paradigmas da Administração Pública no Brasil (1900-92).** **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v.34, n.3, p.41-48, mai/jun.1994.

LIMA, André Ferreira. **GESTÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL: UM ESTUDO DE CASO EM DUAS PREFEITURAS DO INTERIOR DO ESTADO DO AMAZONAS.** 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade do Estado do Amazonas, Manaus - AM, 2019.

MARRA, A. V.; DE FARIA, J. C.; DE FREITAS, L. M.; DA SILVA, D. H.; LARA, S. de M. Identidade Gerencial dos Prefeitos: um Estudo a Partir das Práticas Discursivas. **Revista ADM.MADE**, [S. l.], v. 22, n. 3, p. 22–37, 2018. Disponível em: <https://mestradoedoutoradoestacio.periodicoscientificos.com.br/index.php/admmade/article/view/3142>. Acesso em: 16 nov. 2024.

MENCK, José Theodoro Mascarenhas. **Primeiras eleições gerais no Brasil (1821).** Edições Câmara, 2021.

MENDES, Marcos; ROCHA, C. Alexandre A. **O QUE REELEGE UM PREFEITO?** Consultoria Legislativa do Senado Federal, Brasília-DF, p. 1 -55, 1 abr. 2004.

PESTANA, Jennifer Cristiny Eziquiel. **O papel do relações-públicas na Assessoria Política.** 2023.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social: Métodos e Técnicas**. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SCHULTZ, T. W. **O valor econômico da educação Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1964. O capital humano: investimentos em educação e pesquisa**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

SILVA, EVALDO JOSÉ DA; FILHO, MARCOS AURÉLIO SALES. **A Influência do Grau de Instrução do Gestor Público no Desempenho Financeiro dos Municípios**. XVIII USP International Conference in Accounting, [S. l.], p. 1-13, 25 jul. 2018.

SINCONFI **Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro**. Disponível: https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/pages/public/declaracao/declaracao_list.jsf

SPECK, Bruno Wilhelm. **A compra de votos: uma aproximação empírica**. *Revista de Ciências Sociais Divulga*, [S. l.], p. 148-169, 28 set. 2003.

TSE. **Tribunal Superior Eleitoral. Perfil da candidatura**. In: TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Estatísticas de eleição. [S. l.], 2024. Disponível em: <https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/r/seai/sig-candidaturas/painéis-de-candidaturas?session=332204554691763>. Acesso em: 15 set. 2024.